



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
REITORIA

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO I

ÁREA DE ATUAÇÃO: ÓRGÃOS COLEGIADOS E REGISTROS DOCUMENTAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

“Passou em Engenharia na Federal. Está com a vida feita.”
“Coitado, entrou numa faculdade caça-níqueis. Vai enriquecer um ‘tubarão do ensino’ e vai se dar mal.”

Essas frases são fictícias, mas representam percepções entranhadas no nosso imaginário. A primeira descreve o caminho incensado e vitorioso de um jovem bem-nascido. A segunda refere-se aos milhões de criaturas, bem mais modestas, que precisam trabalhar para pagar uma faculdade noturna de duvidosa reputação. Dinheiro perdido, pois ficarão infelizes, subempregados ou desempregados.

Sobre sua infelicidade não me arrisco a especular. Porém, sucesso ou fracasso profissional se mede. E temos os números. A partir dos anos 60, alastra-se uma sequência de estudos tentando medir os rendimentos daqueles que cursaram este ou aquele nível de educação. Pelo mundo afora, ficou claro: quem tem mais escolaridade ganha mais. Aplicando aos gastos com educação o mesmo que se faz com capital físico, podemos calcular as taxas de retorno. Demonstrou-se que são maiores do que aquelas de investimentos em negócios. E, a despeito do rápido crescimento do ensino superior, esse diploma continua sendo um excelente investimento.

Tais resultados progressivamente se tornaram conhecidos. Porém, como nosso modelo de universidade pública é extravagante e caro, não houve e não haverá recursos para ser replicado. Daí a expansão fenomenal da rede privada, matriculando hoje 80% dos alunos.

Salário futuro tem algo de loteria, um diploma nunca produz 100% de vencedores. Sorte e geografia contam, bem como outros fatores. De fato, fracassam até mesmo alguns dos mais brilhantes graduados das mais celebradas universidades. Não obstante, mostram os números, quem passou quatro anos numa faculdade, mesmo que não seja das melhores, tem uma probabilidade elevada de sucesso.

Portanto, está equivocado quem proclama ser má ideia entrar numa faculdade, ainda que seja fraca. Na loteria do destino, as cartas estão marcadas, favorecendo quem decidiu passar mais tempo estudando, não importa onde.

Tenho sérias críticas quanto ao que se ensina e como se ensina na maioria dessas faculdades. Sobretudo porque há desencontro com o perfil dos seus alunos. Sem custar mais, poderiam ser muito melhores. Ainda assim, estão oferecendo um poderoso canal de mobilidade ascendente. São muitos os vitoriosos e poucos os fracassados.

(Claudio de Moura Castro, “Coitado, entrou numa faculdade ruim”, 03.08.2025. Disponível em: www.estadao.com.br. Adaptado)

- 01.** A partir das ideias expostas no texto sobre a relação entre sucesso profissional e formação em nível superior, é correto afirmar que o autor
- (A) rechaça a ideia de que pagar para fazer uma faculdade pode ser um instrumento de ascensão social.
 - (B) entende que, para se ganhar bem em um trabalho, fatores fortuitos não pesam, mas sim o esforço intelectual empregado.
 - (C) contraria visões pessimistas de que realizar um ensino superior de baixa qualidade seja um investimento ruim.
 - (D) defende a necessidade de ampliação do ensino superior público, para aumentar as chances de sucesso dos brasileiros.
 - (E) elenca as razões que têm levado os detratores do ensino superior privado ao fracasso profissional.
- 02.** As frases apresentadas no 1º parágrafo do texto dizem respeito a
- (A) uma imaginação verossímil calcada em concepções populares sobre o ensino superior.
 - (B) um estereótipo resultante do comportamento de jovens que ingressam na graduação.
 - (C) um preconceito infundado de que faculdades particulares descuidam de seus clientes.
 - (D) uma idealização que tem correspondência fidedigna com a formação universitária.
 - (E) uma construção fantasiosa para ilustrar a homogeneidade do ensino superior brasileiro.
- 03.** Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque foi empregado em sentido próprio.
- (A) “Coitado, entrou numa faculdade caça-níqueis. Vai enriquecer um ‘**tubarão** do ensino’ e vai se dar mal.” (1º parágrafo)
 - (B) Essas frases são fictícias, mas representam percepções **entranhadas** no nosso imaginário. (2º parágrafo)
 - (C) A primeira descreve o caminho **incensado** e vitorioso de um jovem bem-nascido. (2º parágrafo)
 - (D) De fato, fracassam até mesmo alguns dos mais **brilhantes** graduados das mais celebradas universidades. (5º parágrafo)
 - (E) Portanto, está **equivocado** quem proclama ser má ideia entrar numa faculdade, ainda que seja fraca. (6º parágrafo)

04. No trecho “**Não obstante**, mostram os números, quem passou quatro anos numa faculdade, **mesmo que** não seja das melhores, tem uma probabilidade elevada de sucesso.” (5º parágrafo), pode-se afirmar sobre as expressões em destaque que

- (A) a primeira estabelece relação de sentido de oposição; enquanto a segunda, de comparação.
- (B) a primeira estabelece relação de sentido de concessão; enquanto a segunda, de causa.
- (C) a primeira estabelece relação de sentido de conclusão; enquanto a segunda, de comparação.
- (D) ambas estabelecem relação de sentido de concessão.
- (E) ambas estabelecem relação de sentido de causa.

05. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque pode ser substituída pelo que está entre colchetes, mantendo-se a norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Sobre sua infelicidade não **me arrisco** [arrisco-me] a especular. (3º parágrafo)
- (B) Porém, sucesso ou fracasso profissional **se mede** [mede-se]. (3º parágrafo)
- (C) **Demonstrou-se** [Se demonstrou] que são maiores do que aquelas de investimentos em negócios. (3º parágrafo)
- (D) Tais resultados progressivamente **se tornaram** [tornaram-se] conhecidos. (4º parágrafo)
- (E) Tenho sérias críticas quanto ao que **se ensina** [ensina-se] e como se ensina... (7º parágrafo)

06. Está em conformidade com a norma-padrão de regência verbal e nominal a frase:

- (A) Muitos entram nas universidades, mas poucos chegam formar-se em um curso de nível superior.
- (B) Jovens que aspiram a um diploma buscam uma forma de consegui-lo no ensino público ou privado.
- (C) O êxito profissional a que muitos almejam não é garantido pela formação universitária, mas é facilitado por ela.
- (D) Independentemente do país observado, é evidente de que estudar mais permite ter salários melhores.
- (E) O investimento com a própria educação tem mostrado um retorno mais garantido do que com certos negócios.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 09:

Jean Cocteau aconselhava aos jovens escritores que fizessem a seguinte invocação: livrai-me, Senhor, de escrever o livro esperado.

Na verdade, o livro esperado é uma tentação muito veemente. Há um estilo esperado, há um ritmo esperado, há imagens esperadas, adjetivos esperados. Há sobretudo ideias, sentimentos e emoções ansiosamente esperados. Em resumo, quer nos círculos em que os *best-sellers* triunfam, quer nas rodas intelectuais mais requintadas, há, em cada época, um conjunto de necessidades ideais ou estilísticas que configuram as obras antes que elas sejam escritas. Escrevê-las, o que é um certo modo plagiá-las, é tornar-se imediatamente um contemporâneo. O contemporâneo não precisa entregar-se ao hábito de pensar: tudo está pensado para ele. Não precisa encontrar a sua forma, o seu estilo: ambos estão feitos. O contemporâneo, entretanto, é um ser de excepcional habilidade: tem um invejável faro, um instinto apurado. Ele equaciona o seu problema pessoal nos seguintes termos: produzir a obra que não seja uma cópia de outra qualquer, mas que obtenha resultados idênticos àqueles conseguidos por este ou aquele livro já consagrado manifestamente.

Outra questão se coloca diante do contemporâneo: para acertar mais de cheio no alvo, ele deve distinguir o seu público. E ele o escolhe entre a meia dúzia de grupos que reconhece, separadamente, a meia dúzia de escritores mais expressivos ou mais aclamados. Em outras palavras, o contemporâneo visa penetrar clandestinamente numa freguesia alheia, obtendo para si um pouco dos aplausos que um escritor mais antigo monopoliza totalmente. Sendo esperto, ele consegue imediatamente atrair a simpatia de um grupo, um grupo inexoravelmente convicto de suas ideias morais, estéticas e políticas.

(Paulo Mendes Campos, “Os contemporâneos”, 27.10.1946. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br>. Adaptado)

07. Está em conformidade com o que foi afirmado no texto e com a norma-padrão de pontuação a frase:
- (A) O autor do texto considera que, há expectativas em torno de um livro, as quais devem ser evitadas pelo bom escritor.
 - (B) A adequação a um determinado padrão de escrita – ansiada pelos mais jovens –, é uma exigência para um livro vender bem.
 - (C) O autor dito contemporâneo equilibra bem sua obra, para que não seja um plágio evidente nem um fracasso de vendas.
 - (D) Os escritores mais velhos conseguem escapar, mais facilmente da tentação de usurparem o que é uma produção alheia.
 - (E) A expectativa gerada em torno de um livro tem mais a ver com um desejo do mercado; do que com o ideal literário.
08. Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque pode ser substituído por **firmemente**, mantendo-se o sentido do trecho.
- (A) Há sobretudo ideias, sentimentos e emoções **ansiosamente** esperados. (2º parágrafo)
 - (B) Escrevê-las, o que é um certo modo plagiá-las, é tornar-se **imediatamente** um contemporâneo. (2º parágrafo)
 - (C) ... resultados idênticos àqueles conseguidos por este ou aquele livro já consagrado **manifestamente**. (2º parágrafo)
 - (D) ... o contemporâneo visa penetrar **clandestinamente** numa freguesia alheia... (3º parágrafo)
 - (E) ... um grupo **inexoravelmente** convicto de suas ideias morais, estéticas e políticas. (3º parágrafo)
09. É possível substituir o vocábulo destacado pelo que está entre colchetes, mantendo-se o sentido e a norma-padrão de concordância, na frase:
- (A) Há sobretudo ideias, sentimentos e emoções ansiosamente **esperados** [aguardadas]. (2º parágrafo)
 - (B) Em resumo, quer nos círculos em que os *best-sellers* triunfam, quer nas rodas intelectuais mais **requintadas** [refinados]... (2º parágrafo)
 - (C) ... **há** [existem], em cada época, um conjunto de necessidades ideais ou estilísticas que configuram as obras antes que elas sejam escritas. (2º parágrafo)
 - (D) ... produzir a obra que não seja uma cópia de outra qualquer, mas que **obtenha** [angariem] resultados idênticos... (2º parágrafo)
 - (E) ... obtendo para si um pouco dos aplausos que um escritor mais antigo **monopoliza** [detêm] totalmente. (3º parágrafo)
10. Uma obra corresponde _____ uma criação autoral, podendo ser inédita ou não, mas, quando ela é muito similar _____ de outro autor, considera-se que há plágio, crime sujeito _____ punições severas, como prisão, caso se conclua que o suposto autor infringiu _____ lei.
- As lacunas do texto são preenchidas, correta e respectivamente, por:
- (A) a ... a ... a ... à
 - (B) a ... à ... a ... a
 - (C) à ... a ... à ... a
 - (D) à ... a ... às ... à
 - (E) à ... à ... as ... a

11. A senha de uma porta com fechadura eletrônica é o número resultante do cálculo da expressão:

$$\left((16^2)^{\frac{1}{4}} + (16^3)^{\frac{1}{6}} \right)^{\frac{2}{3}} + \left(\left((16^2)^{\frac{1}{4}} + (16^3)^{\frac{1}{6}} \right)^{\frac{2}{3}} - 1 \right) \cdot \left(\left((16^2)^{\frac{1}{4}} + (16^3)^{\frac{1}{6}} \right)^{\frac{2}{3}} + 1 \right)$$

A senha dessa fechadura é um valor que pertence ao intervalo de números entre

- (A) 9 e 15.
- (B) 15 e 21.
- (C) 21 e 27.
- (D) 27 e 33.
- (E) 33 e 39.

12. Em 2023, o preço de um produto sofreu um aumento de 8% sobre seu preço original. Em 2024, o mesmo produto aumentou 15% e terminou o ano a R\$ 55,89. A partir dessas informações, é correto afirmar que o preço original desse produto era

- (A) R\$ 41,00.
- (B) R\$ 42,30.
- (C) R\$ 43,70.
- (D) R\$ 45,00.
- (E) R\$ 45,80.

13. Considere o triângulo ABC a seguir, que representa o contorno de um terreno cujas medidas são: AB = 130 m; BD = 120 m e BC = 150 m:

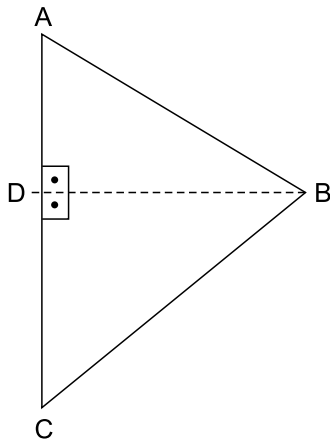


Figura fora de escala

Da área total do terreno, $\frac{3}{8}$ estão reservados para edificações e $\frac{2}{5}$ estão reservados para estacionamentos e calçadas. O restante da área será destinada à jardinagem, que ocupará uma área de

- (A) 5.250 m².
- (B) 5.040 m².
- (C) 3.150 m².
- (D) 1.890 m².
- (E) 945 m².

R A S C U N H O

14. O setor de inovação e o de vendas de uma empresa contam, respectivamente, com 15 e 9 funcionários. Com idades menores do que 30 anos, o setor de inovação possui 8 funcionários e o de vendas possui 5.

Para compor a comissão de planejamento estratégico dessa empresa, a diretoria convocará 2 funcionários de cada um desses setores e a escolha será por meio de um sorteio.

A probabilidade de que os 4 sorteados tenham menos do que 30 anos é um valor entre

- (A) 2% e 4%
- (B) 4% e 6%
- (C) 6% e 8%
- (D) 8% e 10%
- (E) 10% e 12%

15. A sequência numérica a seguir foi criada com um padrão lógico aritmético.

7, 8, 9, 8, 10, 12, 10, 13, 16, 13, 17, 21, 17, 22, 27, 22, 28, 34, ...

Seja F o 24º elemento, G o 28º elemento e H o 35º elemento. O resultado da expressão numérica $F + G - H$ é igual a

- (A) 30.
- (B) 29.
- (C) 25.
- (D) 21.
- (E) 18.

LEGISLAÇÃO

16. Considere que John é inglês e Maria é brasileira, que são casados e moraram em São Paulo durante dez anos. No entanto, mudaram-se para Londres, na Inglaterra, e lá tiveram uma filha, Rose, que não foi registrada em repartição brasileira. Após completar 18 (dezoito) anos, Rose se mudou para o Brasil com o fim de empreender e agora, passados cinco anos de residência ininterrupta no Município de Ilha Solteira, deseja concorrer ao cargo de prefeita no referido município.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) se John não tiver nenhuma condenação penal, ele deve ser considerado como brasileiro naturalizado.
- (B) Rose será considerada brasileira naturalizada após comprovar residência ininterrupta no Brasil por dez anos e fluência na língua portuguesa.
- (C) se o casamento de John e Maria tiver ocorrido no Brasil e houver comprovação de que John possui fluência na língua portuguesa, ele deve ser considerado como brasileiro naturalizado.
- (D) se Rose optar pela nacionalidade brasileira, ela será considerada como brasileira nata, podendo concorrer ao cargo de prefeita, se preenchidos os demais requisitos.
- (E) como é brasileira naturalizada, Rose poderá concorrer ao cargo de Prefeita de Ilha Solteira, desde que tenha vinte e cinco anos completos e preencha os demais requisitos.

17. Suponha que o Estado X deixou de entregar, aos Municípios, receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei, bem como suspendeu o pagamento da dívida fundada por três anos consecutivos, sem se verificar qualquer motivo de força maior.

Com relação ao disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que a União

- (A) tem o dever de decretar a intervenção federal, a qual depende de provimento pelo Supremo Tribunal Federal e de representação formulada pelo Procurador-Geral da República.
- (B) poderá decretar a intervenção federal e, cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.
- (C) não poderá decretar a intervenção federal, pois a intervenção é possível após a suspensão do pagamento da dívida fundada por pelo menos cinco anos consecutivos.
- (D) poderá decretar a intervenção federal, desde que tenha havido requerimento de pelo menos um terço dos municípios atingidos pelas medidas.
- (E) deverá decretar a intervenção federal e, se o Congresso Nacional não estiver funcionando, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de quarenta e oito horas.

18. Suponha que Marcos e Alice acabaram de ser admitidos, por meio de processo seletivo público, como agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, respectivamente.

Considerando o relato e o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o vencimento de Marcos não poderá ser inferior a dois salários mínimos, enquanto o de Alice deverá ser de um salário mínimo.
- (B) tanto Marcos quanto Alice terão aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.
- (C) Marcos terá direito à aposentadoria especial, mas somente Alice receberá mensalmente adicional de insalubridade e ambos receberão, pelo menos, três salários mínimos.
- (D) os vencimentos de Marcos e Alice serão pagos com recursos consignados no orçamento geral do Estado, com dotação própria, mas não exclusiva.
- (E) tanto Marcos quanto Alice terão direito à aposentadoria especial e vencimentos que correspondem a, pelo menos, cinco salários mínimos, mas não receberão adicional de insalubridade.

19. Considere que Letícia é aluna da Unesp e, por estar passando por problemas familiares, não tem conseguido estudar com regularidade, o que ocasionou sua reprovação duas vezes consecutivas, por Jorge, professor da disciplina Biologia Celular, no curso de Zootecnia.

Com base na situação apresentada e no disposto no Regimento Geral da Unesp, é correto afirmar:

- (A) deverá ser aberta uma sindicância para investigar a conduta de Jorge, pois não é permitido reprovar a mesma aluna duas vezes consecutivas na mesma disciplina.
- (B) para Letícia ter sido reprovada, significa que ela não atingiu a nota mínima, que é de 6 pontos, ou não obteve a frequência exigida, que é de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das atividades escolares programadas.
- (C) a regulamentação assegurará à Letícia o direito de ter uma banca especial indicada pelo Conselho de Departamento.
- (D) em face do baixo desempenho de Letícia, a matrícula dela na Unesp será automaticamente suspensa por seis meses.
- (E) como Letícia foi reprovada duas vezes consecutivas, pelo mesmo professor e na mesma disciplina, ela deverá passar por uma avaliação oral, formada por professores indicados pelo Diretor do Departamento.

20. Suponha que Marta é aluna da Unesp e, por incidir em infração disciplinar, a ela foi aplicada a pena de suspensão, da qual ela teve ciência na data de hoje, por meio da publicação da decisão.

A partir da situação apresentada e no disposto do Regimento Geral da Unesp, é correto afirmar:

- (A) o registro da sanção aplicada constará no histórico escolar de Marta, em campo específico denominado "Infrações".
- (B) a pena de suspensão de Marta deverá ser aplicada pelo Reitor, sob pena de anulação.
- (C) para ser aplicada a pena de suspensão, a infração disciplinar ocorreu extracampos.
- (D) Marta poderá recorrer ao órgão colegiado superior competente no prazo de até 08 (oito) dias, contado da ciência da decisão.
- (E) será cancelado do prontuário de Marta o registro da suspensão se, no prazo de um ano da aplicação, ela não incorrer em reincidência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considere o *Manual de redação oficial e padronização de atos administrativos da Unesp* para responder às questões de 21 a 23:

21. Assinale a alternativa em que a frase foi redigida em conformidade com as recomendações para modernização e atualização das comunicações.

- (A) Anexo à presente segue o ofício mencionado anteriormente.
- (B) Damos em nosso poder sua carta datada do dia 31 do corrente mês.
- (C) Sendo o que se nos apresenta para o momento, despedimo-nos.
- (D) Levamos ao seu conhecimento que o recurso em questão foi deferido.
- (E) Segue a certidão de nascimento solicitada por Vossa Excelência.

22. A parte preliminar de uma portaria na qual se apresenta sua fundamentação legal intitula-se

- (A) identificação do documento.
- (B) epígrafe.
- (C) ementa.
- (D) fórmula de promulgação.
- (E) cláusula de vigência.

23. Assinale a alternativa que apresenta a definição de memorando.

- (A) Forma de correspondência interna pela qual é feita a comunicação entre os servidores e unidades de um mesmo órgão administrativo.
- (B) Documento com a finalidade de anunciar ou tornar público, via imprensa ou afixação em lugares públicos, fato que deve ser conhecido pelo público em geral.
- (C) Ato emanado dos Ministros de Estado a respeito de assuntos referentes a seus ministérios para autoridades de mesma hierarquia.
- (D) Ato administrativo normativo expedido pelas autoridades do Executivo para disciplinar matéria de sua competência específica.
- (E) Ato administrativo posto em vigência por decreto para especificar os mandamentos da lei ou prover situações ainda não disciplinadas por lei.

24. Foi redigida em conformidade com a norma-padrão de ortografia a palavra destacada em:

- (A) Os senadores apresentaram projetos que **prevêm** normas rígidas de segurança para casas de shows.
- (B) Existem diversas **espécies** de atos administrativos, que são agrupados de acordo com suas finalidades.
- (C) A universidade não **pára** nos meses sem atividades didáticas, pois existem ainda as atividades administrativas.
- (D) A **Assembléia** Legislativa realizou um evento para escutar familiares das vítimas da catástrofe ambiental.
- (E) O servidor teve a oportunidade de manifestar suas **idéias** durante a reunião com a chefe de gabinete.

25. Suponha que por iniciativa de 1/3 (um terço) dos Conselheiros em exercício foi convocada uma sessão extraordinária do Conselho Universitário (CO), com antecedência de três dias, a ser realizada no sábado, 02 de agosto de 2025 às 09:00.

Com base na situação hipotética e no disposto na Resolução Unesp nº 55/1985, é correto afirmar que

- (A) a convocação não observou o trâmite legal, pois a sessão extraordinária deve ser convocada pelo Presidente ou pela metade dos Conselheiros em exercício.
- (B) a sessão extraordinária não poderá ocorrer ao sábado, exceto se for caso de extrema urgência.
- (C) a sessão extraordinária terá duração de oito horas, prorrogáveis por até duas horas, com a anuência do colegiado.
- (D) como a sessão extraordinária foi convocada com antecedência de três dias, durante sua realização haverá expediente.
- (E) durante a realização da sessão extraordinária poderão ser discutidos e votados os assuntos que determinaram sua convocação, bem como os temas que o Presidente desejar.

26. Suponha que durante sessão ordinária do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), Paulo, Conselheiro, por meio de solicitação verbal, requereu vista de matéria em regime de urgência constante na Ordem do Dia.

Com base na situação hipotética e no disposto na Resolução Unesp nº 10 de 28.02.1994, é correto afirmar que

- (A) só será concedida vista a Paulo se 1/3 (um terço) dos Conselheiros presentes assim aprovar.
- (B) não será concedida vista de matéria em regime de urgência.
- (C) a matéria retirada da Ordem do Dia em virtude do pedido de vista de Paulo deverá ser devolvida em até 48 (quarenta e oito) horas, em virtude da urgência.
- (D) não será concedida vista a Paulo, pois o requerimento deve ser escrito.
- (E) a concessão de vista a Paulo depende de aprovação do Presidente do CEPE.

27. Imagine que é a primeira vez que Luiz Alberto será Relator em uma sessão da Câmara Central de Extensão Universitária (CCEU), e, pela falta de experiência, está inseguro sobre o procedimento de discussão e votação da Ordem do Dia.

Com base na situação apresentada e no disposto na Resolução Unesp nº 02, de 06 de janeiro de 2000, pode-se afirmar corretamente a Luiz Alberto que

- (A) uma vez encerrado o Expediente e iniciada a Ordem do Dia, não poderá mais ser solicitado o adiamento da discussão ou votação.
- (B) é vedada a apresentação de emendas durante a discussão, visando dar concretude ao princípio da duração razoável do procedimento.
- (C) será considerada aprovada a matéria que obtiver votos favoráveis de mais de um terço dos Membros presentes.
- (D) ele terá 15 (quinze) minutos para debate, e os demais membros terão, cada, 5 (cinco) minutos, os quais poderão ser duplicados pelo Presidente.
- (E) o Membro que se declarar impedido não terá sua presença computada para efeito de "quórum".

28. De acordo com a Resolução Unesp nº 97, de 05.09.2003, o Conselheiro do Conselho Universitário que desejar que sua declaração de voto conste da Ata da reunião deverá fazer a solicitação

- (A) verbalmente à mesa e entregar resumo do pronunciamento, por escrito, ao Secretário-Geral durante a reunião ou até no máximo dez dias após ocorrida a reunião.
- (B) por escrito ao Presidente e entregar resumo do pronunciamento, por escrito, ao Secretário-Geral até no máximo cinco dias após ocorrida a reunião.
- (C) verbalmente ao Presidente e entregar a íntegra do pronunciamento, por escrito, ao Secretário-Geral durante a reunião ou até no máximo quinze dias após ocorrida a reunião.
- (D) por escrito à mesa e entregar a íntegra do pronunciamento, por escrito, ao Secretário-Geral durante a reunião ou até no máximo dois dias após ocorrida a reunião.
- (E) verbalmente à mesa e entregar a íntegra do pronunciamento, por escrito, ao Secretário-Geral durante a reunião ou até no máximo trinta dias após ocorrida a reunião.

29. Suponha que está ocorrendo as eleições para representantes junto às Câmaras Centrais de Graduação (CCG), e Luísa e Fernando estão empatados no segmento docente.

De acordo com a Resolução Unesp nº 35, de 19.09.2011, a escolha recairá, pela ordem,

- (A) em Luísa, por ser mulher.
- (B) em quem tiver mais filhos.
- (C) em quem tiver mais artigos publicados.
- (D) em quem tiver obtido o título de pós-doutor há mais tempo.
- (E) no candidato que tiver o cargo ou função docente mais elevado.

30. Considere que durante uma eleição no âmbito da Unesp, utilizando o sistema EVoto, Luciano confundiu-se ao votar e, por engano, votou em João no lugar de José. Já José, perdedor da eleição, não se conformando com o resultado do pleito, deseja apresentar recurso.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Resolução Unesp nº 18, de 16.03.2016, é correto afirmar que

- (A) se apresentar justificativa plausível, Luciano poderá votar mais uma vez, desde que faça a solicitação antes de encerrar o período de votação.
- (B) José deverá se conformar com o resultado da eleição, pois não se admite a interposição de recurso nesse caso.
- (C) uma vez interposto recurso por José, a Comissão Eleitoral terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para analisar a solicitação de recurso e emitir o documento de resposta.
- (D) se Luciano justificar o voto errado em defeitos no seu dispositivo eletrônico, poderá ser reaberta a votação para ele.
- (E) José poderá interpor recurso no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da divulgação do resultado da eleição.

31. Suponha que Maria, servidora docente que integra a Câmara Central de Pós-graduação da Unesp, está em gozo de licença-prêmio, mas ela gostaria de participar de uma reunião do colegiado a que pertence.

Com base na situação apresentada e no disposto na Portaria Unesp nº 27/2025, é correto afirmar que

- (A) Maria só poderia participar da reunião se estivesse em férias, não se admitindo a interrupção de licença-prêmio.
- (B) Maria deverá comunicar a interrupção da licença-prêmio, devidamente justificada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data da reunião, à autoridade administrativa competente.
- (C) se efetivada a interrupção da licença-prêmio, o número de dias correspondentes não poderá ser mais usufruído.
- (D) é vedada a interrupção de férias ou de licença-prêmio para participar de reunião de colegiado, exceto se o Reitor da Unesp realizar a convocação do docente.
- (E) a interrupção da licença-prêmio é admitida e, para tanto, é suficiente que Maria compareça à reunião e registre sua presença.

32. De acordo com a Deliberação CEE/SP nº 37/03, a indicação das universidades responsáveis por registro de diploma é do

- (A) Presidente da República.
- (B) Ministro da Educação.
- (C) Governador do Estado.
- (D) Secretário de Educação.
- (E) Conselho Nacional de Educação.

33. De acordo com a Resolução Unesp nº 22, de 14.04.2021, a emissão e o registro do diploma digital

- (A) são admitidos, sendo, nessa hipótese, vedados à Unesp fornecer impressão da RVDD do diploma digital, ainda que seja a primeira impressão.
- (B) não ensejam a cobrança de qualquer taxa aos graduados, estando disponíveis aos diplomados, nos sistemas institucionais da Unesp, a possibilidade de download do XML do diploma digital e sua RVDD para impressão.
- (C) são admitidos, sendo permitida a cobrança de taxa quando o diplomado solicitar à Unesp nova impressão da sua RVDD, no valor de 5 UFESP's.
- (D) passam a integrar os documentos de arquivo da Unesp e devem seguir sua legislação, devendo o Grupo Técnico de Registros Acadêmicos da Secretaria Geral, dispensada a oitiva do Comitê Gestor do SisDip, estabelecer instruções normativas complementares.
- (E) são admitidos e dispensa-se expressamente que a URL única do diploma digital faça uso de mecanismos computacionais de proteção contra robôs de buscas, visando, assim, a dar mais transparência para o sistema.

- 34.** De acordo com a Resolução Unesp nº 50, de 29.07.2024, a Representação Visual do Diploma Digital (RVDD)
- (A) deve respeitar a legislação vigente, sendo vedado utilizar o modelo adotado pela Unesp para diploma em meio físico.
 - (B) é a interface para visualização dos dados sigilosos presentes no XML do diploma digital.
 - (C) não pode conter as imagens das assinaturas físicas, mas apenas as assinaturas digitais emitidas pelo padrão ICP-Brasil.
 - (D) e sua eventual impressão não substitui o diploma digital no padrão XML e não deve ser confundida com ele.
 - (E) deverá conter um código de validação, posicionado no seu verso, ao lado da margem vertical esquerda.
- 35.** Com base na Nota Técnica nº 13/2019/DIF/SESU/SESU, é correto afirmar que o diploma digital
- (A) é classificado como um documento nato-digital, pois tem sua existência, sua emissão e seu armazenamento inteiramente no ambiente digital.
 - (B) tem validade jurídica presumida mediante a assinatura com certificação digital, dispensando-se o carimbo de tempo ICP-Brasil.
 - (C) deve ser emitido, registrado e preservado em ambiente computacional que garanta a validação a qualquer tempo, mas não a interoperabilidade entre sistemas.
 - (D) tem legislação específica, não se aplicando ao diploma digital a mesma legislação federal vigente que regula a emissão e o registro do diploma físico.
 - (E) deve ser emitido no formato XML, vedando-se a assinatura eletrônica avançada no padrão XAdES (XML Advanced Electronic Signature).
- 36.** Considere que Maurício é funcionário de uma Instituição de Educação Superior – IES e recentemente passou a desempenhar suas funções no setor de emissão e registro de diplomas e está com dúvidas sobre o procedimento, de forma que procurou Júlia, que trabalha há dez anos no setor, para esclarecer suas dúvidas.
- Com base na Portaria MEC nº 1.095, de 25.10.2018, Júlia poderá corretamente afirmar a Maurício que
- (A) no processo de registro de diploma, fica a critério de cada IES registradora a juntada da prova de conclusão do ensino médio ou equivalente.
 - (B) no processo de registro de diploma é vedado exigir cópia de título de eleitor e comprovação de conclusão de estágio curricular.
 - (C) é vedada a identificação da modalidade de ensino na emissão e no registro de diplomas.
 - (D) o registro do diploma deverá ser feito em livro próprio no meio físico, vedando-se que seja no meio eletrônico.
 - (E) uma vez expedido o diploma, ele deverá ser registrado no prazo máximo de trinta dias, contados da data de sua expedição.
- 37.** Suponha que Iolanda é bióloga e obteve o título de mestre após êxito na pós-graduação *stricto sensu* realizada em instituição de ensino superior estrangeira, na Cidade de Bogotá, capital da Colômbia. Ela gostaria que o seu diploma fosse reconhecido pela Unesp.
- Com base no disposto na Resolução Unesp nº 4, de 16.01.2018, é correto afirmar que
- (A) Iolanda deverá requerer o reconhecimento ao reitor, acompanhado de diversos documentos, e, os que estiverem em língua espanhola, não precisarão de tradução.
 - (B) o processo de reconhecimento do diploma terá tramitação simplificada se o curso de pós-graduação *stricto sensu* estrangeiro tiver recebido estudantes com bolsa concedida por agência governamental brasileira no prazo de dez anos.
 - (C) a taxa dos custos referentes ao reconhecimento de diploma será estabelecida pelo CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), mas dispensa-se o pagamento se Iolanda comprovar insuficiência de recursos financeiros.
 - (D) Iolanda deverá apresentar requerimento ao Grupo de Registros Acadêmicos da Secretaria Geral – GRA/SG, a qualquer data, dispensando-se o prévio agendamento.
 - (E) se o requerimento protocolado por Iolanda tramitar de forma normal, a Unesp deverá pronunciar-se sobre o pedido de revalidação no prazo máximo de até um ano, contado a partir da data do protocolo de recebimento do pedido da interessada.
- 38.** Suponha que Abigail protocolou no setor competente da Unesp pedido de revalidação de diploma de graduação obtido em instituição de ensino estrangeira, o qual terá tramitação simplificada.
- De acordo com a Resolução Unesp nº 5, de 16.01.2018, a Unesp deverá concluir o processo de Abigail em até
- (A) 10 (dez) dias, contados a partir da data do protocolo de recebimento do pedido.
 - (B) 15 (quinze) dias, contados a partir do parecer do CADE.
 - (C) 30 (trinta) dias, contados a partir da data da ciência do Reitor.
 - (D) 90 (noventa) dias, contados a partir da data do protocolo de recebimento do pedido.
 - (E) 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da ciência do Reitor.

39. Considere que Patrício é um refugiado venezuelano, beneficiário de acolhida humanitária, que mora no Brasil. Ele possui graduação em Educação Física e gostaria de revalidar seu diploma, para começar a desempenhar sua profissão no Estado de São Paulo, mas ele não está na posse da documentação requerida para a revalidação.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 2, de 19.12.2024, é correto afirmar que

- (A) até ter a posse de toda a documentação exigida, Patrício não poderá dar entrada no requerimento de revalidação.
- (B) Patrício poderá ser submetido à prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades, relativa ao curso superior completo, como forma exclusiva e excepcional de avaliação destinada ao processo de revalidação.
- (C) se Patrício ainda aguardar decisão do Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça – Conare/MJ, ele não poderá dar entrada no requerimento de revalidação.
- (D) Patrício deverá apresentar a Carteira de Registro Nacional Migratório – CRNM ou o Cadastro de Pessoa Física – CPF, dispensando os demais documentos se ele tiver cópia digital.
- (E) após a entrada do requerimento, Patrício tem 180 (cento e oitenta) dias para apresentar a documentação, sob pena de indeferimento.

40. Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 22.04.2008, os diplomas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) expedidos por instituições não detentoras de prerrogativas de autonomia universitária

- (A) não poderão ser registrados.
- (B) serão registrados por qualquer universidade, independentemente de credenciamento.
- (C) serão registrados por universidades credenciadas, independentemente de autorização prévia do Conselho Nacional de Educação.
- (D) só poderão ser registrados por determinação judicial.
- (E) poderão ser registrados se houver prévia autorização do Conselho Nacional de Educação ou do Ministro da Educação.

